REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) NO BRASIL SOB A ÓTICA DA BIBLIOMETRIA (1945–2024)

THE NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE) IN BRAZIL FROM A BIBLIOMETRIC PERSPECTIVE (1945–2024)

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 13/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794523680

Juliana Cássia de Marchi[1]

Welliton Santana Silva[2]

Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior[3]

Cristiane Pereira dos Santos[4]

Kaliny Almeida Duarte[5]

Karina Cruz da Silva[6]

RESUMO

O aumento de pesquisas sobre a educação, suas modalidades e seus contextos demonstram o gradativo interesse acadêmico, científico e social que estes temas estão inseridos. O armazenamento destas produções nas diversas bases de dados existentes promove a necessidade de mineração da produção científica especializada. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi o de mapear a produção científica do termo Plano Nacional de Educação e/ou PNE entre o período de 1945 a 2024 com o recorte geográfico: “Brasil”. O procedimento metodológico adotado é de uma pesquisa bibliográfica e de natureza descritiva. A técnica de pesquisa adotada foi a bibliometria utilizando buscas a partir do Acesso CAFe – Portal Periódicos CAPES. Os resultados indicam uma predominância de revistas da região sudeste e sul do país, diversas universidades vêm debatendo o tema e baixa interligação entre autores nas publicações.

Palavras-chave: PNE; Educação; Bibliometria; Educação Profissional; LDB.

ABSTRACT

The increase in research on education, its modalities and contexts demonstrates the gradual academic, scientific and social interest in these topics. The storage of these productions in the various existing databases promotes the need to mine specialized scientific production. In this sense, the objective of this study was to map the scientific production of the term National Education Plan and/or PNE between the period 1945 and 2024 with the geographic scope: “Brazil”. The methodological procedure adopted is a bibliographic and descriptive research. The research technique adopted was bibliometrics using searches from Acesso CAFe – Portal Periódicos CAPES. The results indicate a predominance of journals from the

southeast and south of the country, several universities have been debating the topic and low interconnection between authors in the publications.
Keywords: PNE; Education; Bibliometrics; Professional Education; LDB.

1. INTRODUÇÃO

A bibliometria tem se consolidado como uma importante ferramenta metodológica no campo da pesquisa científica, permitindo a análise quantitativa da produção do conhecimento por meio de dados bibliográficos. Ao mensurar aspectos como o número de publicações, citações, redes de coautoria e a frequência de palavras-chave; a bibliometria possibilita não apenas mapear o desenvolvimento de determinada área do saber; mas também identificar tendências emergentes; lacunas teóricas e os pesquisadores mais influentes; Dessa forma; ela contribui significativamente para a compreensão da dinâmica da ciência; subsidiando tomadas de decisão em políticas acadêmicas; gestão da informação e formulação de estratégias de pesquisa; Desse modo; buscamos demonstrar o uso da biometria em estudos acadêmicos.

Araújo (2006) descreve que a bibliometria colabora como modo de encontrar possíveis gaps/lacunas de pesquisa por ser utilizada como meio de compreensão de temáticas e o aprofundamento teórico sobre elas. Em relação aos “porquês” de ser utilizado uma bibliometria em relação a outro tipo de revisão, os autores Chueke e Amatucii (2015) descrevem que em casos de amostras de 30 a 40 artigos acredita-se que pode ser utilizada a estratégia de uma revisão integrativa da literatura. Sendo assim, foi compreendido que

amostras onde as características são quantitativas ou mesmo no sentido da amostra ser maior que a citada pelos autores, a bibliometria é uma ferramenta que pode ser compreendida como adequada para grandes amostras. Utilizada para analisar predominantemente os resultados de forma quantitativa, a bibliometria como ferramenta de pesquisa consegue dialogar com softwares de sistematização de dados.

O uso de softwares para organização e sistematização dos dados colaboram para demonstração de análises a partir das similaridades (altas ou baixas) que conforme Jeong e Koo (2016) quando ocorre alta similaridade dos dados gera-se o desenho de proximidade dos elementos e quando ocorre baixa similaridade, os elementos analisados ficam distantes um dos outros.

Os elementos são os objetos analisados como: países por meio da análise geográfica da produção; instituições/universidades/centros de pesquisa/institutos, autores e co-autores por meio da análise de redes sociais; como também a série histórica e as revistas. Os fatores de impactos das revistas também são elementos interessantes sobre as produções, principalmente quando analisadas as capacidades de acesso das produções e os principais idiomas.

Entretanto, diante da ampla variedade de abordagens e temáticas associadas ao PNE, torna-se relevante compreender como a produção científica tem tratado o tema ao longo do tempo. Qual tem sido o volume e a evolução dessas publicações? Quais autores, instituições e periódicos mais contribuem para esse campo? Esses questionamentos apontam para um problema de pesquisa: há uma lacuna quanto à sistematização e análise da produção científica

sobre o PNE, dificultando a visualização de tendências, lacunas e contribuições consolidadas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento de planejamento decenal que orienta as políticas públicas educacionais no Brasil. Previsto pela Constituição Federal (art. 214) e regulamentado pela Lei nº 13.005/2014, o atual PNE estabelece diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país no período de 2014 a 2024, visando garantir o direito à educação de qualidade, equidade e inclusão social.

Segundo Libâneo (2012), o PNE representa uma forma de organização racional da educação, promovendo a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada. Ele ressalta que a existência de um plano nacional é condição para uma política educacional coerente e eficiente.

Podemos afirmar que a educação básica que conhecemos hoje, tem como base duas legislações, que são, respectivamente: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF/1988 (Brasil, 1988) e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), a Lei nº9.934/1996 - LDB/1996. O art. 2º da LDB/1996 afirma que:

> *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) afirma que o Estado possui o dever de ofertar educação pública gratuita e elenca no seu art. 4º, inciso I, a "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio".

Em relação ao ensino médio, temos institucionalizada a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que a LDB (Brasil, 1996) dialoga com duas possibilidades de ofertas, sendo articulada ao ensino médio ou subsequente (para alunos que tenham concluído o ensino médio).

A Educação Profissional Técnica é apenas uma das modalidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) elencadas pela LDB que buscam a inserção do aluno no mundo do trabalho, sendo que no art. 39, parágrafo segundo, expõe que:

> *§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 1996).*

Nesse sentido, abordando a Educação Profissional como método para formação do aluno para inserção no mundo do trabalho, o que é dialogado na BNCC as competências com ênfase no que o aluno precisa "saber" em relação aos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; o "saber fazer" que leva em conta como toda essa bagagem de conhecimento, o "saber", poderá ser colocado em prática em sua vida cotidiana envolvendo a cidadania e o mundo do trabalho.

Na BNCC, a competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017).

É importante dialogar que o mundo do trabalho abordado pela BNCC não se refere ao mercado de trabalho que "[...] mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho" (Marx, 1979, p. 08).

Essa educação para o mundo do trabalho, ocorre baseando-se em Freire (1987) que busca dialogar que o redescobrimento do homem como sujeito, ocorre o estabelecimento de suas próprias experiências, ou seja, sua própria história. Desta forma, observando sua história, ocorre o despertar do pensamento crítico, sendo assim libertando-se das amarras da opressão e vivenciando a realidade, dando autonomia para terem um senso crítico.

Oliveira e Frigotto (2021, p. 14) buscam a criação de um projeto educativo que forme o sujeito em todos os aspectos sociais, para que possa exercer de forma eficaz a sua cidadania de maneira econômica, política e social, tendo a dignidade de condição de vida espelhada em seu trabalho para criação de sua própria história, como indivíduo produtivo, porém que é capaz de realizar suas próprias escolhas e desfrutar do resultado de seu trabalho.

Neste sentindo, para Velloso (1987,p. 46) o sujeito configurado inconsciente, analfabeto e deseducado, arquiteta-se um estereótipo com um misto de positividade e negatividade para a sociedade

através de um projeto de hegemonia das elites dominantes, através da “educação popular” assegura-se a positividade dessa categoria.

Nesse viés, temos a Educação Popular (EP) como educação não institucionalizada na CF/88 e na LDB/1996, que “oscilando entre a vocação populista e um compromisso de classe, a educação popular pretende significar não apenas uma forma avançada de educação do povo, mas um movimento pedagógico e, depois, um movimento popular que incorpora um movimento pedagógico” Brandão (1984, p. 44).

É necessário dissertar que após a (re)emergência das lutas populares pelos movimentos sociais Singer e Brant (1981 apud Paludo, 2012) abordam que a “educação popular se firma como uma das concepções de educação do povo e avança na elaboração pedagógica e nas práticas educativas, principalmente nos espaços não formais pedagógico”.

Portanto, temos uma correlação entre a Educação Profissional e a Educação Popular, embora apresentem finalidades e se insiram em contextos distintos, compartilham princípios que as aproximam, como o compromisso com a transformação social e a valorização dos saberes dos sujeitos. Ambas podem contribuir para a formação crítica e emancipadora dos educandos, especialmente quando articuladas a partir de uma pedagogia dialógica.

Nesse sentido, conforme Freire (2005), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, princípio fundamental na Educação Popular e igualmente relevante na formação profissional crítica. Moura (2007, p. 45) também destaca que a Educação Profissional, quando fundamentada nos princípios da Educação Popular, “pode

contribuir para a formação integral do trabalhador, superando a lógica meramente instrumental e tecnicista". Dessa forma, as duas vertentes educativas se fortalecem mutuamente quando colocadas a serviço da autonomia e da transformação social.

Contudo, a Educação Profissional e a Educação Popular se baseiam na formação dos sujeitos para o mundo do trabalho, o único viés é que a Educação Profissional está institucionalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) ocorrendo em instituições de ensino e a Educação Popular ocorre em espaços não-formais.

Para Jacobucci (2008, p. 56 - 57) os espaços formais de educação são em síntese destinados ao espaço escolar (salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório) intrinsecamente relacionados com as Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior embasadas na LDB/1996, de modo que os espaços não-formais de Educação sejam quaisquer locais que existam ações educativas em locais não-institucionalizados, por exemplo, em associações e cooperativas.

A educação, enquanto prática social, reflete e reproduz as contradições e potencialidades da sociedade em que está inserida. A educação popular é um importante instrumento formador e de luta, que institui processos determinantes para a formação e consolidação da história da educação brasileira.

A educação popular, entendida como prática social e política, encontra fundamentos históricos e teóricos nas lutas coletivas por emancipação humana, articulando-se com a crítica às formas hegemônicas de organização do trabalho e da sociedade.

Segundo Frigotto (2001), a relação entre educação e trabalho é central para compreendermos os processos formativos numa perspectiva emancipadora, pois a educação não pode ser reduzida à mera preparação para o mercado, mas deve contribuir para a formação omnilateral do ser humano.

Nesse sentido, a educação popular emerge como uma resposta crítica à lógica instrumental da educação tecnicista, promovendo uma formação que articula saberes científicos, culturais e populares, e que se ancora no diálogo, na reflexão crítica e no compromisso com a transformação social. Assim, a educação torna-se instrumento de resistência e de construção de uma nova sociabilidade, pautada na justiça social e na superação das desigualdades historicamente impostas às classes trabalhadoras.

Nesse mesmo sentido, Tomé (2012) observa que a trajetória da educação profissional no Brasil foi, historicamente, marcada por uma dualidade estrutural, que destinava à população trabalhadora uma formação limitada à execução de tarefas e à subalternidade. Tal configuração evidencia a urgência de repensar modelos educativos que rompam com essa separação entre o trabalho manual e o intelectual, reconhecendo o conhecimento como ferramenta de emancipação humana.

Desse modo, a educação popular e a educação profissional de caráter crítico se defendem de uma proposta pedagógica que vá além da mera qualificação para o mercado de trabalho, promovendo a formação de sujeitos históricos, críticos e conscientes de seu papel na transformação social.

Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação (Paludo, 2012).

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, a articulação entre educação popular e educação profissional emerge como uma estratégia potente para a formação integral de sujeitos historicamente marginalizados. A educação popular, fortemente inspirada nas ideias de Paulo Freire, defende uma pedagogia dialógica, crítica e libertadora, voltada para a valorização dos saberes construídos nas experiências cotidianas e na luta por transformação social. Por sua vez, a educação profissional, tradicionalmente voltada para a qualificação técnica e para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, tem sido cada vez mais desafiada a integrar dimensões humanas, sociais e políticas ao seu currículo.

No contexto atual da educação profissional no Brasil, observa-se que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 apresenta as primeiras diretrizes voltadas à articulação entre o ensino médio e a formação profissional. Essas diretrizes estão inseridas na perspectiva da universalização do ensino médio e apontam para a necessidade de ampliar o acesso à educação profissional de forma integrada.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos nesta seção o percurso metodológico, demonstrando os caminhos adotados e o layout estruturado nas bases de dados. Pretende-se aqui contribuir para a compreensão de que a

bibliometria é uma ferramenta de pesquisa útil principalmente quando utilizada para a compreensão do estado da arte em seus aspectos quantitativos, históricos, redes sociais-institucionais, geográficos ou sobre o corpus textual gerado.

Adotou-se a natureza de pesquisa descritiva, pela compreensão de que existe uma necessidade de descrição das características das publicações, autores, revistas, países e instituições que estão desenvolvendo estudos-pesquisas sobre a temática abordada.

A definição da base de dados e a categoria analítica que gerou o universo da pesquisa reuniu inicialmente a inserção das palavras-chave no "filtro de busca da área principal do acesso CAFe" e o critério de seleção "maior quantidade de artigos" da base de dados e categoria analítica.

No entanto, após a inserção das palavras-chave "PNE" e "Brasil" ou "Brazil" foram selecionados os filtros: Tipos de documentos; período; base de dados e categoria analítica; O quadro 1; Definição do universo da pesquisa; demonstra o passo a passo das buscas realizadas.

Quadro 1. Quadro Definição do universo de pesquisa

Passo I	Busca com os termos "PNE" e "Brasil" ou "Brazil"
Passo II	Documentos somente artigos
Passo III	Período 1945 até 2024
Passo IV	Base de dados *Web of Sicence*
Passo V	Categoria *Education Educational Research*
Passo VI	Exportação dos dados no formato Bibtex

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Após as buscas realizadas, optou-se pela utilização do pacote de linguagem R denominado Biblioshiny. Por ser um software gratuito e que possui ferramentas para bibliometria, o uso deste software de análises de dados promoveu a organização e representação gráfica dos resultados.

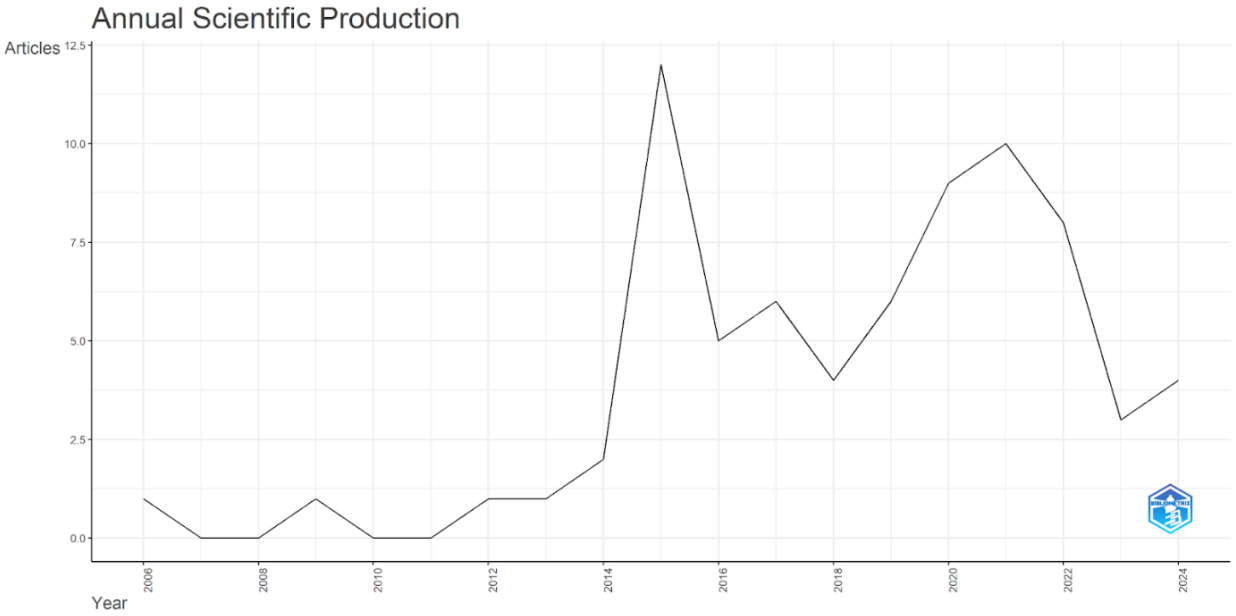
As análises realizadas predominaram em discutir as redes sociais constituídas. Principalmente o histórico da produção científica, os autores e colaboradores, principais revistas e instituições. A pesquisa concentra-se em artigos publicados na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre os anos de 1945 a 2024.

Ao delimitar esse escopo bibliométrico, busca-se fornecer um panorama quantitativo e qualitativo que contribua para o entendimento das tendências acadêmicas sobre o PNE e apoie futuras investigações no campo da política educacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nessa pesquisa levam em consideração o período de 1945 a 2024 com 73 publicações de artigos sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil envolvendo trabalhos de cunho educacional. Na Figura 1, conseguimos destacar os momentos durante a história que podemos visualizar a trajetória de pesquisa do apogeu ao ápice desta temática.

Figura 1. Produção Científica Anual até 2024



Fonte: elaborado pelos autores por meio do software Biblioshiny (2025)

No gráfico presente na figura 1, conseguimos observar que temos o crescimento das pesquisas presente na base de dados da Web of Science (WoS) de 2006 a 2024. Nota-se que entre os anos de 2006 à 2014 temos apenas seis trabalhos publicados, demonstrando uma certa “estagnação” em relação à temática.

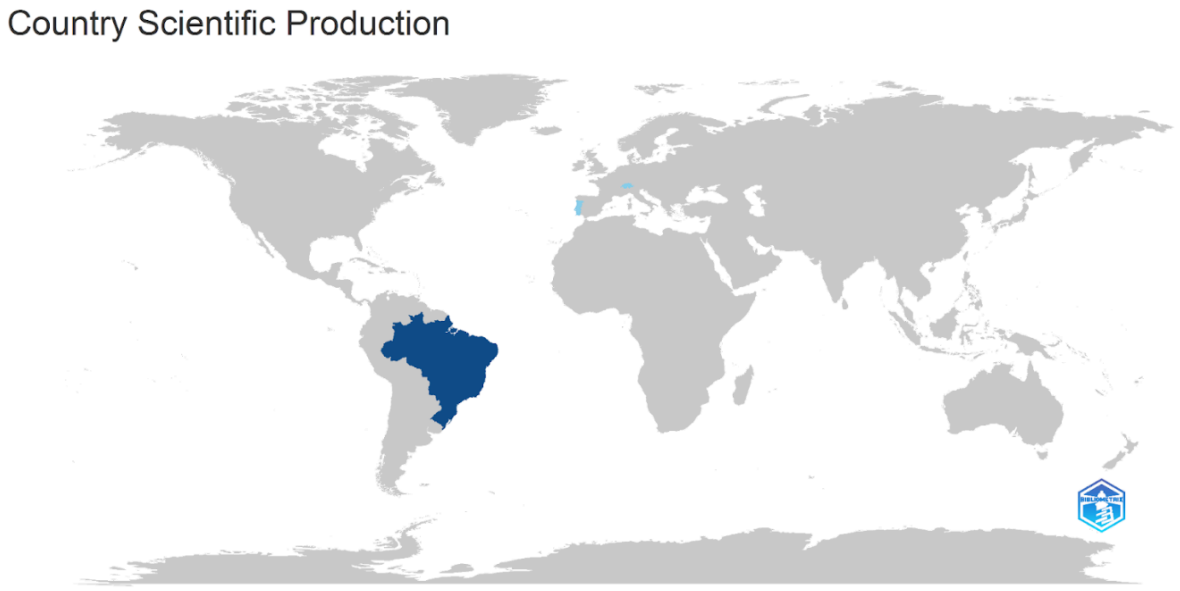
Em 2015, temos o ápice de publicações com cerca de doze trabalhos publicados. Esse crescimento pode ser interpretado devido à promulgação da Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), que aprovou o Plano Nacional de Educação com as metas previstas de 2014 a 2024. Neste sentido, por se tratar de uma temática que gera mobilização e discussões para determinar o futuro da educação brasileira, é natural que haja um crescimento atípico dessa temática nesse período.

Entre 2016 e 2018, a Figura 1 demonstra um declínio no número de pesquisas nessa área, com um total de apenas 15 trabalhos publicados. Entretanto, no período de 2019 a 2021, visualiza-se um crescimento no gráfico de produção científica anual com um total de 25 artigos publicados. Esse aumento pode ser justificado devido a diversos contextos sociais e políticos vivenciados no país, como, por

exemplo, a avaliação de meio-período do PNE, mudança do executivo federal e a pandemia de COVID-19.

Entretanto, o “balão” criado em torno da temática no aspecto das pesquisas educacionais é justificado através da oscilação no crescimento das publicações. Conforme evidenciado na Figura 1, observa-se um declínio de publicações entre 2022 a 2024, com apenas 15 publicações, sendo em 2022 um total de 8 publicações, 2023 com 3 publicações e 2024 com 4 publicações.

Figura 2. Produção Científica nos Países



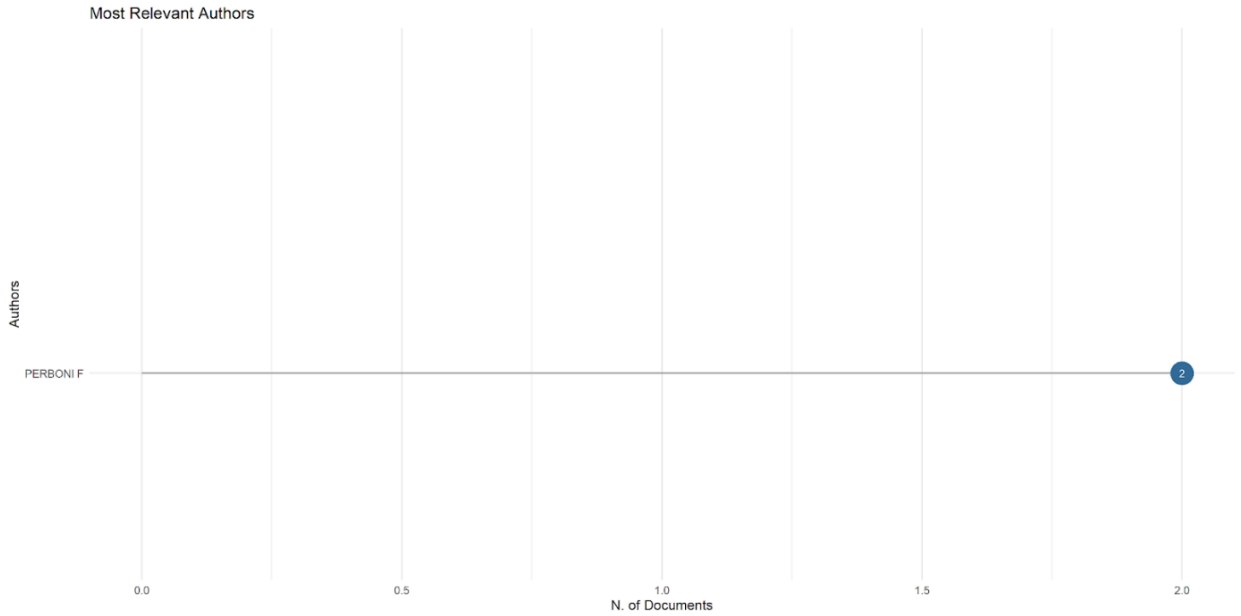
Fonte: elaborado pelos autores por meio do *software Biblioshiny* (2025)

A Figura 2 apresenta a produção científica mundial sobre a temática envolvendo o Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil e considera diferentes categorias de documentos, como artigos científicos, documentos, legislações, livros, entre outros.

O mapa demonstra três países em evidência, sendo eles o Brasil, Portugal e Suíça. No Brasil é identificado com 224 documentos, demonstrando a relevância da pesquisa, uma vez que o PNE aborda a educação do próprio Brasil.

Em contraste, Portugal registrou na análise dos dados apenas 2 documentos e a Suíça com 1 documento, demonstrando o impacto e aplicações das pesquisas do PNE do Brasil em outros países.

Figura 3. Autor com Relevância em Publicações



Fonte: elaborado pelos autores por meio do *software Biblioshiny* (2025)

A figura 3, traz o autor com maior número de publicações com um total de 2 artigos publicados nessa temática, sendo um de autoria de Perboni e Salomão (2019) e outro da coautoria, Aranda, Perboni e Scaff (2022).

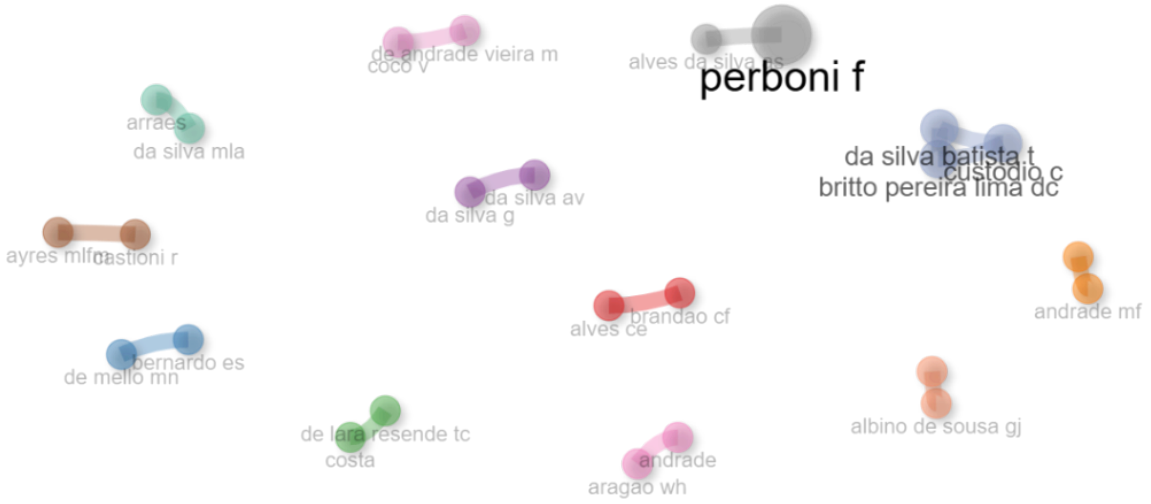
No artigo de Perboni e Corrêa (2019) seu trabalho busco realizar uma "pesquisa interinstitucional denominada "Monitoramento dos Planos Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná", que tem como objeto de análise o processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME)".

Já no artigo onde o mesmo é coautor, os pesquisadores tiveram o:

> *[...] objetivo de apresentar resultado de uma pesquisa concluída sobre o tema da valorização docente, com recorte específico sobre a formação docente no município de Dourados-MS, a partir da análise do processo de formulação do Plano Municipal de Educação (PME/2015), entendido como elemento importante na política educacional vigente, norteando ações na educação local (Aranda; Perboni; Scaff, 2022).*

Ambas as pesquisas trouxeram uma abordagem do Plano Municipal de Educação, de modo que Perboni e Salomão (2019, p. 2) aborda que na Lei nº 13.005/2014, que faz uma demarcação no tempo onde o Plano Nacional de Educação (PNE) que busca determinar os deveres dos municípios em realizar monitoramento contínuo e avaliações periódicas em seus Planos Municipais de Educação.

Figura 4. Rede de Colaboração



Fonte: elaborado pelos autores por meio do software Biblioshiny (2025)

Para os autores Aranda, Perboni e Scaff (2022) o "Plano Nacional de Educação (PNE/2014) é composto por 14 Artigos, 20 Metas e 254 Estratégias, nas quais o Plano Municipal de Educação (PME) de

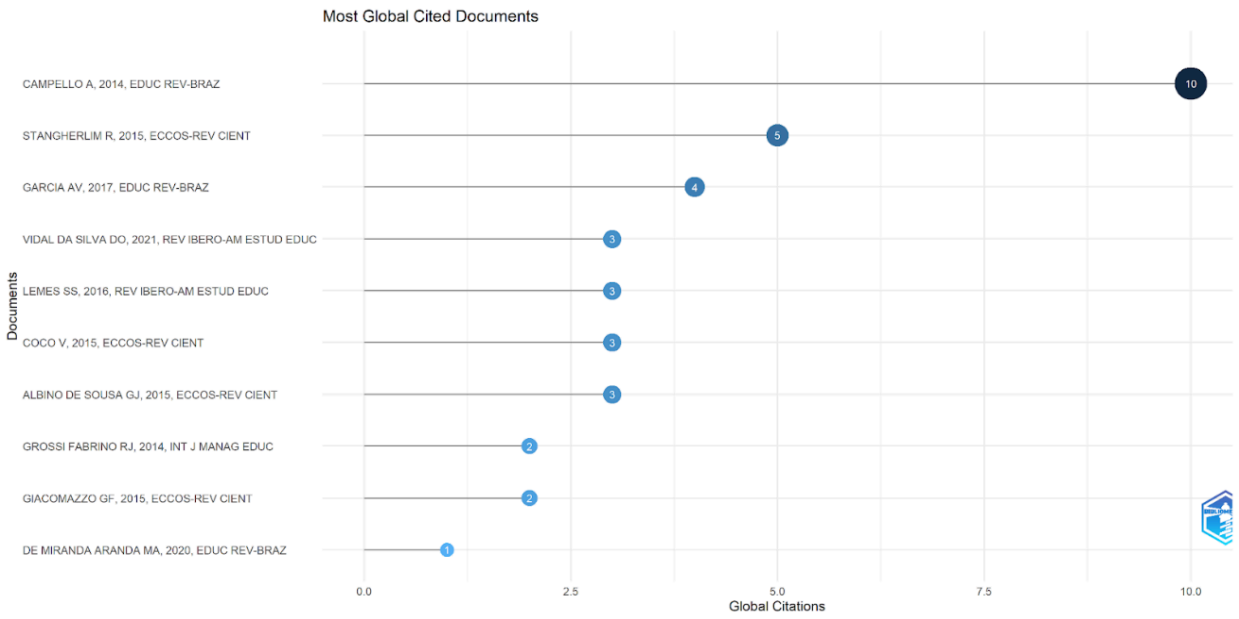
Dourados se norteia", haja vista que após a publicação do PNE/2014 os municípios tiveram o prazo de 1 (um) ano para realizar as entregas de seu PME que no estudo de caso analisado é a cidade de Dourados/MS.

Para Vanz e Stumpf (2010, p. 44) a "[...] colaboração científica tem sido definida como dois ou mais cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos", deste modo conseguimos visualizar na figura 3 várias redes de colaborações científicas demonstrada por clusters.

O principal cluster é definido na cor cinza e destaca o autor "perboni f" que na figura 3 é demonstrada através do trabalho dos autores Perboni e Côrrea (2019) com título "Planos Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul: Monitoramento e Avaliação na Região Do Cone Sul" em que ambos autores são filiados a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Esse cluster "perboni f" em evidência tem uma interação com o cluster "alves da silva às" correspondente ao trabalho dos autores Aranda, Perboni e Scaff (2022) com título "Formação Docente no Plano Municipal de Educação de Dourados-MS" com afiliação do primeiro e segundo autor à UFGD, sendo o terceiro afiliado à Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Figura 5. Dez Artigos Mais Citados Mundialmente.



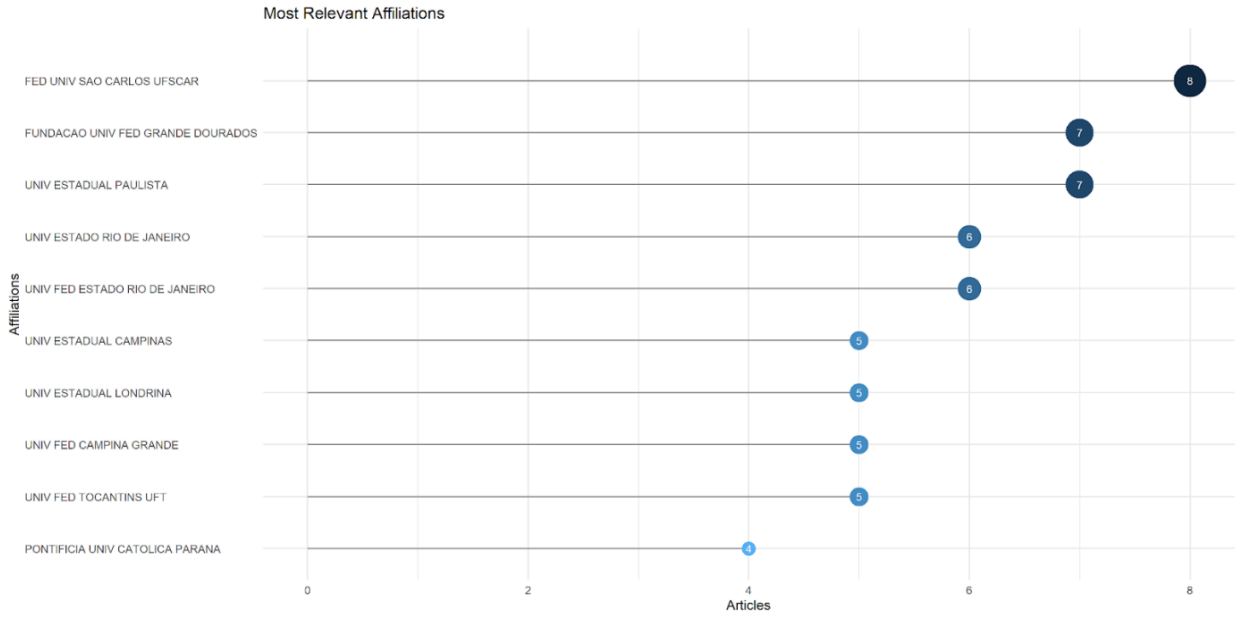
Fonte: elaborado pelos autores por meio do software Biblioshiny (2025)

Na etapa de análises dos dados, selecionamos os dez artigos mais citados mundialmente envolvendo a temática do Plano Nacional de Educação do Brasil, aos quais são demonstrados na figura 5. O primeiro mais citado é o trabalho dos autores Campello e Rezende (2014), com 10 citações; o segundo é o dos autores Stangherlim, Vercelli e Santos (2015), com 5 citações; e o terceiro dos autores Garcia e Hillesheim (2017), com 4 citações.

Do terceiro ao sétimo trabalho mais citado, com base na Figura 3, temos a mesma quantidade de publicações, perfazendo um total de 3 citações por trabalho, sendo os autores, em ordem de classificação: Silva e Nunes (2021); Lemes (2016); Côco et al. (2015); e Sousa, Santo e Bernardo (2015).

Por conseguinte, temos como em oitavo trabalho mais citado é dos autores Fabrino, Valle e Gomes (2014), com 2 citações; em nona colocação, o autor Giacomazzo (2015), também com 2 citações; e, em décima colocação, os autores Aranda e Rodrigues (2020).

Figura 6. Dez afiliações mais relevantes



Fonte: elaborado pelos autores por meio do software Biblioshiny (2025)

A figura 6 é representada pelas dez afiliações mais relevantes dentre a temática envolvendo o Plano Nacional de Educação do Brasil, essas afiliações podem ser compreendidas com pesquisadores vinculados às Instituições de Educação Superior (IES) aos quais publicam artigos em revistas científicas nominando sua IES, isto é, o número de artigos publicados por pesquisadores de uma IES.

Neste sentido, podemos verificar que a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), apresenta 8 afiliações; a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), apresentam individualmente 7 afiliações; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentam separadamente 6 publicações; a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Tocantins (UFT), apresentam particularmente 5 afiliações; e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com 4 afiliações.

Quadro 2. Dez revistas científicas mais relevantes

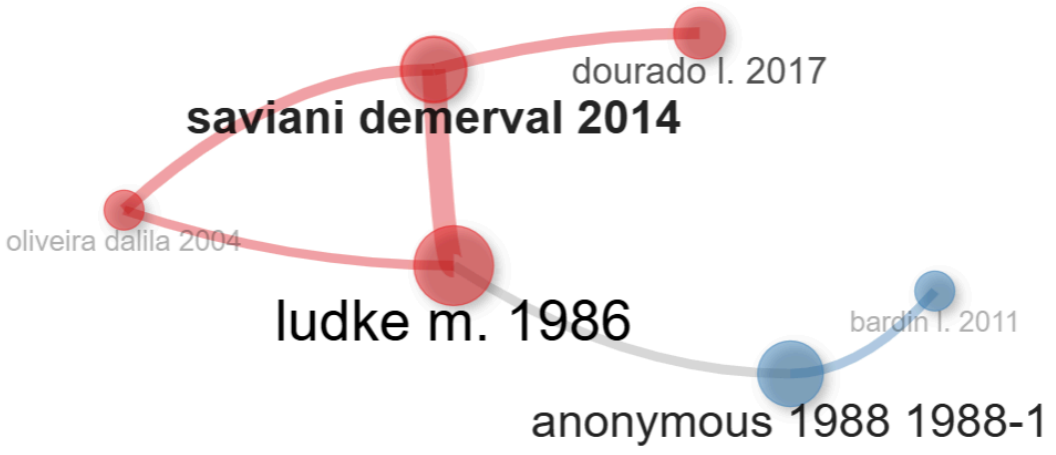
ISSN	Título	Artigos Publicados	Qualis	IES/Afiliação
1983-9278	ECCOS-REVISTA CIENTÍFICA	14	A3	UNINOVE
1519-9029	REVISTA ON LINE DE POLÍTICA E GESTAO EDUCACIONAL	10	A3	UNESP
1982-5587	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	8	A1	UNESP / Universidad de Alcalá
1984-6444	EDUCAÇÃO	5	A2	UFSM
1984-0411	EDUCAR EM REVISTA	5	A1	UFPR
2525-4863	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCACAO DO CAMPO-BRAZILIAN JOURNAL OF RURAL EDUCATION	5	A4	UFNT
2178-2679	REVISTA PRAXIS EDUCACIONAL	4	A2	UESP
1983-9294	DIALOGIA	3	A4	UNINOVE
1068-2341	EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES	3	A4	UNINOVE
2238-121X	COMUNICACOES	2	A3	UMESP

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

O quadro 2 versa sobre as dez revistas científicas mais relevantes, tendo como base de relevância o número de artigos publicados nessa temática. Para facilitar a identificação dessas revistas em relação à Plataforma Sucupira, elaboramos uma tabela que buscou integrar os dados apresentados no software Biblioshiny, integralizando com informações da Plataforma Sucupira.

Essa estrutura demonstra um quadro contendo informações importantes para os pesquisadores que contém o ISSN (International Standart Serial Number), título da revista científica, número de artigos dessa temática publicados, classificação do Qualis Periódicos e a Instituição de Educação Superior (IES) à qual a revista possui vinculação.

Figura 7. Estrutura Intelectual: As Duas Principais Redes de Co-citações



Fonte: elaborado pelos autores por meio do software Biblioshiny (2025)

A figura 7 representa a Estrutura Intelectual e demonstra a Rede de co-citações demonstrando as relações entre os documentos analisados ao qual podemos observar cinco clusters diferentes, caracterizados por grupos simbolizados pelas cores vermelha e azul.

Os clusters do grupo vermelho possuem como figura principal “Ludke m. 1986”, dado pelo trabalho de Lüdke e André (1986) com o livro “Pesquisa em educação: abordagens qualitativas” que busca discutir sobre o método do estudo de caso.

Como figura secundária, em ordem cronológica, temos “Oliveira dalila 2004”, dada pela autora Oliveira (2004) com o artigo “A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização” que dialoga sobre a reestruturação do trabalho pedagógico.

Temos como figura terciária, porém com muita influência, “saviani demerval 2014” denominado pelo autor Saviani (2014) que com o livro "Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas", busca uma análise crítica do o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, especialmente em relação à proposta de um Sistema Nacional de Educação.

A partir disso, conclui-se que Oliveira (2004) e Saviani (2014), possuem uma relação direta com a obra de Lüdke e André (1986) sobre o estudo de caso. Além disso, temos como figura quaternária o cluster representado como “dourado l. 2017”, caracterizado pelo autor Dourado (2017), autor do livro “Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira” que possui ligação direta com Saviani (2014).

Além disso, temos a presença na figura 7 dos clusters do grupo azul, apresentada como figura principal “anonymous 1988 1988-1” que se trata de Brasil (1988), isto é, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), está com uma leve ligação com o trabalho de Lüdke e André (1986).

Entretanto, Brasil (1988) possui uma ligação direta com a figura secundária dos clusters do grupo azul, dado por “bardin l. 2011”, isto é, a autora Bardin (2011) da obra “Análise de conteúdo” que sistematiza uma conjuntura de técnicas de análises das comunicações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um assunto mobilizador tanto na realidade brasileira quanto na do mundo. Este estudo teve como objetivo mapear a produção científica do termo Plano Nacional de Educação e/ou PNE entre o período de 1945 a 2024 com o recorte geográfico: “Brasil”. Evidenciou a relevância da bibliometria como ferramenta eficaz para analisar a produção científica sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), permitindo visualizar a evolução histórica, os principais autores, instituições, revistas e redes de colaboração envolvidas com a temática.

O crescente número de pesquisas voltadas à educação, suas modalidades e contextos evidenciam o interesse gradativo — acadêmico, científico e social — que esses temas têm despertado. Diante do exposto, o acúmulo dessas produções nas diversas bases de dados reforça a importância do mapeamento de informações na literatura científica especializada, como forma de mapear tendências, lacunas e contribuições relevantes para o campo educacional.

A relação entre a Educação Profissional e a Educação Popular, destacando como esses campos podem contribuir para a formação crítica e emancipadora dos educandos. É possível observar que, embora com finalidades e contextos distintos, essas abordagens

compartilham princípios comuns, como o compromisso com a transformação social e a valorização dos saberes dos sujeitos. A articulação entre esses princípios pode potencializar a formação integral dos educandos, especialmente quando inserida em uma pedagogia dialógica.

Esta pesquisa contribui significativamente para a reflexão acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas nos contextos da educação profissional e popular, destacando a importância de integrar essas abordagens tanto na formação docente quanto na elaboração de políticas educacionais. A utilização do software Biblioshiny possibilitou uma análise clara das conexões entre autores, instituições e temáticas recorrentes, oferecendo um panorama abrangente da produção científica sobre o tema. Espera-se que os achados deste estudo sirvam de base para futuras investigações e colaborem com o desenvolvimento de políticas públicas mais coerentes com as demandas educacionais do país. Como desdobramento, recomenda-se a ampliação do escopo da pesquisa para contemplar outras regiões e contextos educacionais, bem como a análise das práticas concretas adotadas em instituições de ensino técnico.

A pesquisa foi realizada com a utilização do software Biblioshiny e dados extraídos da base Web of Science por meio do Acesso CAFe. Ao mapear a produção científica sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) entre 1945 e 2024, este estudo oferece subsídios importantes para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Sua contribuição restringe não apenas na identificação das principais redes de produção acadêmica sobre o tema, mas também na sinalização de lacunas que podem nortear agendas futuras. A pesquisa colabora para o fortalecimento de uma

base de conhecimento mais sólida e crítica, capaz de orientar decisões e formulações educacionais no Brasil nos próximos ciclos de planejamento e avaliação do PNE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANDA, Flávia Paula Nogueira; PERBONI, Fábio; SCAFF, Elisangela Alves da Silva. Formação Docente no Plano Municipal de Educação de Dourados-MS. **Educação UFSM,** Santa Maria, v. 47, 2022.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evally Solaine de Souza; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. Monitoramento e Avaliação dos Planos Decenais de Educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 36, p. e69767, 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caminhos cruzados. **Revista Educação e Sociedade,** Campinas, v. 6, n. 19, p. 21-45, 1984.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 6 fev. 2025.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista,** Curitiba, n. 2, p. 71-92, 2014.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext,** São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

CÔCO, Valdete et al. O Plano Nacional de Educação: desafios no campo da educação infantil. **EccoS – Revista Científica,** São Paulo, n. 37, p. 77-92, 2015.

DI STEFANO, Giada; PETERAF, Margaret; VERONA, Gianmario. Dynamic capabilities deconstructed: a bibliographic investigation into the origins, development, and future directions of the research

domain. **Industrial and Corporate Change,** Oxford, v. 19, n. 4, p. 1187-1204, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação:** o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária; ANPAE, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não:** cartas a quem ousa ensinar. 5. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 25-54.

GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista,** Curitiba, p. 131-147, 2017.

GIACOMAZZO, Graziela Fatima. Rede de formação de professores da educação básica: análise dos princípios organizacionais em cursos de pós-graduação Stricto Sensu. **EccoS – Revista Científica,** São Paulo, n. 37, 2015.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista em Extensão,** Uberlândia, v. 7, n. 1, 2008.

JEONG, Dae-hyun; KOO, Youngduk. Analysis of Trend and Convergence for Science and Technology using the VOSviewer. **International Journal of Contents,** Cheongju, v. 12, n. 3, p. 54-58, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2012. p. 187-192.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional e educação popular:** aproximações na construção de uma proposta pedagógica para a educação profissional. Natal: IFRN, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 25, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT e sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. **Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa,** v. 3, n. 3, p. 13-27, 2021.

PALUDO, Conceição. Educação popular. In: CALDART, Roseli S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação no Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão

Popular, 2012. p. 282-287. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf.

PERBONI, Fabio; CORRÊA, Josiane Caroline de Souza Salomão. Planos municipais de educação de Mato Grosso do Sul: monitoramento e avaliação na região do cone sul. **Laplage em Revista,** Sorocaba, v. 5, n. 3, p. 101-109, 2019.

RAAN, Anthony F. J. van. For your citations only? Hot topics in bibliometric analysis. **Measurement: Interdisciplinary Research and Perspectives,** v. 3, n. 1, p. 50-62, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2018.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Claudio Pinto. Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** Araraquara, p. 1131-1156, 2021.

SOUSA, Gustavo José Albino; SANTO, Nathalia Cortes do Espírito Santo; BERNADO, Elisangela da Silva. A sexta meta do PNE 2014-2024: um diálogo possível em busca de uma educação integral e (m) tempo integral. **EccoS – Revista Científica,** São Paulo, n. 37, p. 143-160, 2015.

STANGHERLIM, Roberta; VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; SANTOS, Eduardo. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a formação inicial para a docência na educação infantil: análise exploratória de um curso de pedagogia de uma universidade

pública paulista. **EccoS – Revista Científica,** São Paulo, n. 37, p. 19-42, 2015.

TOMÉ, Ana Clécia Abreu. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia,** Canoas, v. 1, n. 2, 2012.

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 15, p. 42-55, 2010.

---

[1] Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Doutor em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Especialista em Enfermagem em Estética, Sociedade de Ensino Elvira Dayrell. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Especialista em Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais pela Faculdade Única de Ipatinga. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail